

1 **Ata da 343ª Reunião Ordinária do Pleno do CES/SP de 29/07/2024.**
2 Ao vigésimo nono dia do mês de julho de dois mil e vinte quatro foi realizado
3 a trecentésima quadragésima terceira reunião ordinária do Pleno do Conselho
4 Estadual de Saúde, por meio eletrônico, com as seguintes **REPRESENTAÇÕES**
5 **E PRESENCAS: I - PODER PÚBLICO - SECRETARIA DE ESTADO DA**
6 **SAÚDE:** Eudes Quintino de Oliveira Junior (Titular); Belfari Garcia Guiral
7 (Suplente) – **SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE –** Silvio Augusto Balan
8 Garcia (Titular) - **UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO –** Angela
9 Maria Bacha (Titular); Carmen Cecília de Campos Lavras (Suplente); Carmen
10 Silvia Gabriel (Titular) – **II - PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DE**
11 **SAÚDE – ENTIDADES FILANTRÓPICAS:** Alfredo Joaquim de Lima (Titular) -
12 **ENTIDADES COM FINS LUCRATIVOS:** Gabrielle Mariana Rodrigues
13 (Suplente) - **III - REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE -**
14 **REPRESENTANTES DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES NA ÁREA DA**
15 **SAÚDE:** Ricardo de Oliveira (Titular); Adilton Dorival leite (Suplente); Leandro
16 de Oliveira (Titular); Valdemir Vieira (Titular); Marcella Milano (Suplente) -
17 **CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL:** Viviani
18 dos Santos Fontana (Titular); Waldecir Paula Lima (Suplente); Luciana Canetto
19 Fernandes (Titular); Carolina Jessica da Silva Salado (Suplente) –
20 **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE:** Haino Burmester (Titular);
21 Dalila Viana de Freitas (Titular); Milton Massayuki Osaki (Suplente) – **IV -**
22 **REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS - CENTRAIS SINDICAIS:** José Osvaldo
23 Pereira dos Santos (Suplente); Robson William Lorono (Titular); Jonathan
24 Faleiros (Titular) – **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE PATOLOGIA –**
25 **Nadir Francisco do Amaral (Suplente) – ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE**
26 **DEFICÊNCIA-** Danilo Moretti Ferreira (Titular) - **MOVIMENTOS POPULARES**
27 **DE SAÚDE:** Marileide Sousa Silva Luna (Titular); Dimitri Auad (Suplente);
28 Maria Zélia de Brito Souza (Titular); Ledivan Lopes Seabra (Suplente); Tereza
29 Aparecida Machado (Titular); Walter Francisco Barros (Suplente); Juraciara
30 Fonseca dos Santos Morcillo (Titular); Dora Martins dos Santos (Suplente) –
31 **ASSOCIAÇÕES OU MOVIMENTOS POPULARES DE DEFESA DO**

32 **CONSUMIDOR** Maria Eugênia Ferraz do Amaral Bodra (Suplente)
33 **ASSOCIAÇÕES DE MORADORES** – Cirlene Souza Machado (Titular); Rubens
34 Alves Pinheiro (Suplente) - **PROGRAMA OU MOVIMENTO RELIGIOSO DE**
35 **DEFESA DA SAÚDE:** João Inácio Mildner (Titular) – – Jorge Luiz Nunes
36 Florindo (Suplente) – **JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA – I - UNIVERSIDADES**
37 **DO ESTADO DE SÃO PAULO** – Deisy de Freitas Lima Ventura (Suplente) - **II**
38 **– PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – ENTIDADES**
39 **FILANTRÓPICAS** – Gisele Dominicci Silva de Moraes (Suplente) -
40 **ENTIDADES COM FINS LUCRATIVOS** – Inaldo Rocha Leitão Filho (Titular) -
41 **IV - REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS – CENTRAIS SINDICAIS:** Maria
42 Giuliana S. Lima dos Santos (Titular); Valdeci Henrique da Silva (Suplente);-
43 **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA** – Cristiane Daniel
44 (Suplente) – **AUSENTES – I – PODER PÚBLICO – SECRETÁRIOS**
45 **MUNICIPAIS DE SAÚDE** – Michelle Luis Santos (Titular); Roberta Aparecida
46 da Silva Meneghatti – **III– ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE**
47 –Flávia Ismael Pinto (Suplente); Kátia Aparecida dos Santos Araújo
48 (Suplente); – **IV – REPRESENTAÇÕES DOS USUÁRIOS - CENTRAIS**
49 **SINDICAIS:** Célia Regina Alvez Castello Folhas (Suplente); – **ASSOCIAÇÕES**
50 **DE PORTADORES DE PATOLOGIA** – Tábata Dellagostin de Oliveira (Titular);
51 Clarisia Viscardi Moniz Ramos (Suplente); Sheila Francisco do Amaral
52 (Suplente) - **ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE INTERESSE DA MULHER** - Ana
53 Maria Martins Soares (Titular); Maria José Majô Jandreice (Suplente) –
54 **ASSOCIAÇÕES OU MOVIMENTOS POPULARES DE DEFESA DO**
55 **CONSUMIDOR** – Juliana Peneda Hasse (Titular); O Secretário Executivo,
56 estabelece o quórum e passa a palavra ao Dr. Eudes que inicia a reunião
57 agradecendo a presença de todos e manifestando o desejo que os temas sejam
58 exitosos e tragam dividendos para as novas posturas novas posturas e políticas
59 públicas voltadas para área da saúde e agrade retornando a palavra ao
60 Secretário Executivo para os informes do dia. O Conselheiro Dimitri informa
61 que não recebeu a publicação corrigida da minuta da alteração da Lei do
62 Conselho e a Conselheira Teresa esclarece que ainda não finalizaram no grupo

63 de trabalho de relatoria mas que receberam as solicitações de inclusão e
64 passado para o grupo técnico e o Conselheiro pergunta qual é o prazo pra
65 relatoria só apreciar a inserção de uma palavra na minuta, a Conselheira Tereza
66 informa que a discussão do GT não está inserida na pauta do dia e que assim
67 que tudo for providenciado será passado para mesa diretora para os
68 encaminhamentos para todos. O Conselheiro Belfari pede a palavra para
69 esclarecer no momento do informe não cabe discussão conforme o regimento
70 e as discussões deverão serem encaminhadas para a mesa diretora
71 providenciar a inclusão na pauta ou se necessário, respeitando os critérios de
72 relevância tempestividade para que seja colocado inclusão de pauta. O
73 Conselheiro Robson informa sobre a importante participação da Cistt,
74 representando a bancada de São Paulo no encontro Nacional para troca de
75 experiências, foram várias ricas palestras em temas que voltados a aos
76 trabalhadores, ressalta que apresentaram duas moções, uma contra a retirada
77 da consulta pública sobre a saúde da comunidade LGBT que mais e por pressão
78 da bancada bolsonarista na ALESP, foi retirada e inclusive na Cistt já foi
79 encaminhado um pedido ao Governador e ao Secretário de Saúde para que
80 eles reconsiderem essa posição e no Encontro Nacional das CISTT's todos os
81 presentes aprovaram essa Moção de Repúdio e com relação à privatização da
82 SABESP que já ocorreu e com relação à pretensão da privatização da CPTM e
83 do METRÔ e também que os integrantes presentes no Encontro Nacional
84 manifestaram muita preocupação e se posicionaram contra as privatizações.
85 Dando continuidade a ordem do dia e considerando as inclusões solicitadas pela
86 Prof. Angela Bacha foram atendidas, é colocado em regime de votação a
87 aprovação da ATA da Reunião Ordinária nº 342 de 24/06 de 2024, aprovada
88 com 21 a favor, 0 voto contrário e 03 abstenções. Passando para o 1º item da
89 pauta que é a apresentação aprovação do relatório da COFIN, referente ao 3º
90 RDQA de 2023, apresentada pela Coordenadora Conselheira Tereza que
91 esclarece que o modelo acompanhado é do Conselho Nacional utilizando a
92 metodologia do professor Funcia e aprovado no Pleno, a Conselheira solicita
93 que o compartilhamento da tela para transmitir o cada item do relatório final,

94 vale ressaltar que todos os conselheiros já receberam previamente o
95 documento em tela. Após a apresentação a Conselheira Tereza convida a todos
96 para participarem da próxima reunião da Cofin que contará coma a presença
97 da Coordenadora da CGOF para esclarecimentos sobre os levantamentos de
98 dados realizados pela Comissão (Cofin). Após a apresentação do relatório a
99 conselheira lê a recomendação da COFIN, (enviada previamente para todos os
100 conselheiros).Na sequência cinco conselheiros se inscreveram para
101 questionamentos. O Conselheiro Belfari faz algumas considerações e alguns
102 pedidos, primeiro que é importante e relevante que a COFIN faça esse trabalho,
103 pois é parte do controle social e para a gestão isso é importante porque se
104 consegue ao longo do exercício adequar verificar e provoco as comissões
105 avaliar as ações porque esse é o relatório financeiro e tem que haver um uma
106 conciliação entre a ação, pois é importante esse casamento entre ação e
107 financeiro e a título de informação esclarece que a apresentação dos relatórios
108 são encaminhados à ALESP na mesma data que é encaminhado ao Conselho e
109 que tem prazos legais estabelecidos pela 141 e diz que e a Secretaria de Estado
110 da Saúde deve encaminhar a Assembleia Legislativa no último dia do mês
111 correspondente ao mês subsequente aquele quadrimestre e que a lei exige
112 uma audiência pública marcada pela Comissão de Saúde da ALESP e a Gestão
113 não tem autonomia sobre isso, enfatiza sobre as dificuldades das comissões
114 para análise desse instrumento para que possam questionar e esclarecer suas
115 dúvidas. Conselheiro Rubens ressalta que são termos extremamente técnicos
116 e de difícil compreensão e de análise, esclarece sobre o atraso dos trabalhos
117 das comissões devido as Conferências, fala ainda de priorizar e adequar as
118 datas com reuniões extraordinárias para fazer um acompanhamento mais de
119 perto, argumenta ainda sobre as dificuldades de adequação entre a gestão
120 atual e a anterior, pois não sabiam como tocar os trabalhos nas comissões,
121 ressalta sobre a falta de diálogo mais direto do Governo e que é preciso de
122 mais proximidade com s Secretaria de A saúde acredita que tem duas questões,
123 que a Cofin é extremamente importante, mas que precisam trabalhar em
124 conjunto, obtendo as informações para poder dar o retorno. E aí cobrar sim o

125 governo isso é importante para que se obtenha respostas inclusive nas
126 próximas análises dos instrumentos que é o RAG e a PAS. Conselheiro Nadir
127 fala que precisa se inteirar de todo material que foi enviado para ser eficiente
128 e eficaz e para poder fazer a análise está lendo o material e ser útil pra
129 comissão, ter ciência e poder ter perguntas realmente focadas naquilo que é a
130 proposta. Conselheira Maria Zélia coloca que a primeira questão é sobre a
131 explanação da Conselheira Tereza e a metodologia aplicada que é acessível a
132 todos, e fala que pegou alguns pontos da Lei 141 que é objetiva e clara,
133 enfatiza sobre o acesso as documentações que chegam com atraso e a Lei
134 estabelece que o Conselho emita mesmo que seja um pré-relatório para chegar
135 na casa parlamentar. Essa primeira questão que coloca e precisa ser observado
136 e tanto o Estado como o Município tem todas as informações dentro do
137 Sistema. Outra questão é que as diretrizes estão colocadas no Plano Estadual
138 e as ações estão colocadas na Programação Anual de Saúde é anual, então a
139 questão da diretriz quando o Senhor Belfari fala que todas as comissões
140 precisa e tem que saber, a questão do prejuízo não é problema das comissões,
141 o prejuízo maior quando não se cumpre uma ação quando não se cumpre uma
142 diretriz é a população que fica no prejuízo. Coloca ainda algumas questões dos
143 Hospitais e esclarece que no Hospital Geral Mário Covasque tem um
144 atendimento específico de um pronto socorro que só atende de traumáticos, e
145 além da rotatividade de funcionários falta até etiquetas. Coloca ainda que um
146 mês antes de fechar o quadrimestre que já tá tudo no DIGSUS, ou pelo menos
147 15 dias antes de apresentar na casa parlamentar que sente com a Cofin com a
148 comissão e reafirma seria tudo mais tranquilo e teriam todas as respostas.
149 Conselheiro Danilo tem o entendimento que o Conselho deve aprovar o
150 Relatório e o Secretário Executivo esclarece que a aprovação é da
151 Recomendação da Cofin e não do relatório como está escrito que a
152 apresentação da Conselheira Tereza foi só uma ilustração e o Conselheiro
153 argumenta que é a favor de reuniões extraordinárias, pois uma das coisas
154 fundamentais do Conselho é a fiscalização do gasto e do empenho. Conselheiro
155 Dimitri entende que o processo requer desdobramentos assim como já

156 pontuado pelo Conselheiro Belfari e faz 03 (três) sugestões; mesmo que o
157 relatório tenha sido encaminhado previamente que também seja
158 reencaminhado a cada convocatória a qual estará sendo apreciado e deliberado
159 e requer também apresentação da CGOF ao Conselho apontando em qual ou
160 quais ações orçamentárias e metas estiveram ou estão o 1 bilhão não
161 executado, isso é algo que ainda está em aberto e por último tem uma tarefa
162 pendente que é a de aprofundar debruçar especificamente mais
163 detalhadamente sobre aquilo que foi classificado como inadequado intolerável
164 e inaceitável e entende que a tarefa não está concluída, pois tem que se inteirar
165 mais para ajudar, para que esses contextos e classificações se reduzam ao
166 longo do tempo. Conselheira Ângela Bacha, que como primeira colocação,
167 parabeniza a Conselheira Tereza e a comissão pelo trabalho realizado. A
168 segunda colocação é uma dúvida e lamenta a ausência dom Conselheiro Belfari
169 , pois se o Regimento prevê 3 minutos de fala para cada um, quer saber se
170 para membros da mesa diretora esse tempo pode ser ampliado, porque ele
171 falou durante 8 minutos e em reunião anterior havia falado que se todos
172 obedecerem os 3 minutos, sobra mais tempo para os outros, é mais
173 democrático, a terceira colocação também é sobre a fala do Conselheiro Belfari,
174 vale ressaltar que nada contra ele, mas é quando fala que também é
175 responsabilidade das comissões estudarem as questões do orçamentos que
176 foram colocados, concorda que seja responsabilidade, mas não pode ser
177 imputado as comissões do Conselho, a avaliação dos reflexos da não utilização
178 dos recursos que deveriam ter sido utilizados, e coloca dois exemplos; a
179 questão das vacinas Qual o reflexo disso? são uma um reflexo para políticas de
180 saúde? quem tem que justificar? Qual o prejuízo que a população teve por não
181 ter tido produção de vacinas não é a comissão de políticas é próprio grupo
182 técnico que cuida de vacinas da secretaria. Outro exemplo, a proposta do
183 hospital de Bebedouro, se existiu um empenho de recursos para a construção
184 de hospital de Bebedouro é ele é importante para a região, se ele não foi
185 construído. Qual o reflexo para a saúde da população da região de Bebedouro,
186 qual era a necessidade que não foi suprida, isso quem tem que dizer é a

187 Secretaria de Saúde, não é a comissão de Políticas de Saúde que foi citada na
188 fala do Belfari, ela tem seu planejamento de temas de discussão que ela
189 colocou, onde é óbvio que vão ser abordados questões do orçamento, mas ela
190 não pode se debruçar apenas no relatório da comissão de orçamento, ela tem
191 outras prioridades além das questões de orçamento. Conselheiro Valdecir que
192 primeiramente parabeniza toda a comissão de Finanças do Conselho pelo
193 trabalho e também pela escolha da metodologia, pois tem o privilégio de
194 conhecer o Professor Francisco Funcia pessoalmente que é uma referência
195 nessa área, portanto a metodologia utilizada tem um alicerce bastante
196 significativo e esclarece que não vai fazer nenhuma pergunta, somente um
197 comentário que apoiado pelo que a professora Angela comentou no final ,
198 entende que o Conselho é constituído por diversas comissões e como atribuição
199 da comissão de finanças é esse seu trabalho, no relatório que foi passado tem
200 todas as informações e a recomendação é o produto do trabalho da comissão
201 de Finanças e tem certeza que a comissão analisou financeiramente porque é
202 a atribuição dela e merece confiança, assim como todas as comissões e que
203 não é hora de questionar minúcias de um trabalho que já foi feito e entende
204 que todo Conselheiro tem a o direito de questionar de solicitar de querer saber,
205 mas tem que confiar no trabalho das comissões que compõe o Conselho.
206 Entende também que não é atribuição de todas as comissões intervir nesse
207 tipo de trabalho e faz suas as palavras da Conselheira Ângela a contribuição
208 pode existir mas a atribuição da análise é da comissão de Finanças e todos têm
209 que acreditar no trabalho que foi feito pela comissão que aliás se reuniu com
210 as estruturas do Secretaria Estadual de Saúde para buscar informações, é
211 atribuição e isso está previsto no regimento interno do Conselho Estadual de
212 Saúde não cabe discussão, endossa as palavras da Conselheira Angela de
213 manter a ordem dos 3 minutos que deve ser para todos e finaliza concordando
214 plenamente com a representante da comissão de Finanças a respeito da
215 cronologia, pois existe uma lei como foi citada pelo Conselheiro Belfari, mas
216 existem situações que podem ser adequadas, e salienta que o Conselho
217 Estadual de Saúde é um órgão de Controle Social, como é que ele vai analisar

218 as contas se não recebe o material com tempo hábil isso não é razoável.
219 Conselheiro Belfari a título de esclarecimento fala que confia plenamente no
220 trabalho realizado pela comissão de Finanças e reforça que os assuntos tem
221 que passar pelas comissões antes de chegar ao Pleno é para isso que foram
222 criadas as comissões e quem tem que justificar é a Gestão de forma
223 transparente. A Conselheira Tereza reforça o papel da comissão, da
224 responsabilidade e do comprometimento dos membros da Cofin e as
225 dificuldades e atrasos nas planilhas solicitadas para a Gestão e ressalta a falta
226 de cumprimento da Lei 141 em relação aos prazos, informa ainda que o Fundo
227 Nacional e o Ministério da Saúde diz para que os conselheiros estejam atentos
228 ao RAG, que o maior instrumento e a maior arma do CES. Em regime de
229 votação a apresentação do 3º RDQA/ 2023. Aprovado com 18 votos a favor,
230 01 voto contrário e 0 abstenção. Próximo item de pauta é a aprovação da carta
231 ao Governador referente ao Instituto de infectologia Emílio Ribas, que foi
232 discutida na Comissão Políticas e o Padre João ficou responsável de falar a
233 respeito. O Conselheiro Padre João inicia sua fala dizendo que a questão do
234 Instituto de infectologia Emílio Ribas está passando um pouco dos limites
235 diante das conversas divergentes e isso está gerando um clima muito difícil
236 dentro do hospital e sugere um encontro entre o Gabinete, o Sr. Secretário e
237 se ele não puder com a Dra. Priscila, para esclarecimentos junto a Comissão
238 Multiprofissional IER e deixa este apelo ao Dr. Eudes para intermediar, para
239 que a paz volte a reinar no Hospital, esclarece que a carta não é agressiva e
240 nem ofensiva, mas muito clara no sentido de que querem para o Emílio Rivas
241 e faz uma leitura rápida do conteúdo da carta e finaliza com o desafio e convite
242 à Frente Parlamentar que é mais ampla interpartidistas e ao Ministério Público
243 para uma visita e deixa a critério do Conselho para aprovação. Conselheiro
244 Rubens concorda com o relato do e fala que tem muita substância, porque
245 estão vendo as dificuldades que tem na relação da rede hospitalar Município e
246 o Estado, principalmente na questão das especialidades que fizeram uma visita
247 a um hospital e constatarmos um absurdo e esclarece que será feito um
248 relatório e reclama que não tem resposta como conselho e teve muita briga,

249 muita discussão a respeito do PS do HC quando fechou a porta e estava lá
250 simplesmente uma placa dizendo não atendemos mais vá pro PS da Lapa o PS
251 da Lapa teve 38% de aumento de atendimento em 6 meses e que toda essa
252 questão da rede tem que se discutir com muita propriedade, com muita
253 atenção porque não é simples, a compreensão do que a população está
254 esperando e que são responsáveis como representantes da população e
255 discorre sobre a realidade nos municípios e regiões, que estão muito ruins,
256 como atendimento especializado, filas, Cross, etc...Enfatiza que precisam
257 trabalhar na perspectiva de fazer essas relações e ter o entendimento que
258 precisam melhorar e aprimorar essa questão, porque a realidade dos fatos é
259 outra. Conselheiro Walter agradece o Padre João pela carta maravilhosa e fala
260 de sua admiração pelo IER e que devem sim ficar de olhos e ouvidos abertos e
261 comenta sobre a terceirização através das OS e concorda que o CES tem que
262 realmente analisar e verificar em loco o que está acontecendo ou vai acontecer
263 é de opinião que devem abraçar a causa Emílio Ribas. Conselheira Cirlene
264 solicita ao Dr. Eudes como representante da SES que transmita as falas dos
265 conselheiros para o Secretário e coloca sua opinião de que não podem aceitar
266 que hospitais fechem as portas para que as pessoas morram nas ruas porque
267 não conseguem entrar em hospitais, o SAMU não pega e nem atende ninguém,
268 esclarece que se refere ao Município e ao Estado, a falta de respeito nos
269 hospitais e seja em qualquer equipamento de saúde em relação a atendimento
270 às pessoas que buscam ajuda da Saúde, , fraldas, etc..., faz ainda algumas
271 considerações a importância do atendimento do IER em salvar vidas. Solicita a
272 condição de conversar com representantes dos hospitais da SES, pois todos
273 estão nas mesmas condições. Dr. Eudes pede a palavra para esclarecer que
274 com relação ao Emílio Ribas, a resposta que deu anteriormente realmente foi
275 não conclusiva porque foi a secretária executiva com quem conversou que
276 assegurou que não tinha sido feita ainda nenhuma conversa ou possível
277 negociação a respeito do Hospital Emílio Ribas, mas acredita que o pleito
278 realmente, além de ter consistência tem a referência do próprio hospital, e que
279 seria interessante o Conselho elaborar um ofício ao Secretário solicitando do

280 Secretário ou uma audiência com um grupo específico para tratar deste assunto
281 ou uma resposta efetiva oficial por escrito, para ter uma suficiente e adequada
282 da própria pasta e se todos concordarem pensa que seria uma atitude correta
283 que indicaria o interesse e não só interesse a própria legitimidade do Conselho
284 em querer conhecimento a respeito de eventuais providências que estão sendo
285 tomadas e o conselho não teve acesso a elas. O Secretário Executivo esclarece
286 que a sugestão do Dr. Eudes, já acatada, será um encaminhamento através de
287 ofício ao Secretário da Saúde. A Conselheira Carmen concorda com a carta,
288 embora branda, e também com o encaminhamento, mas sua colocação é a
289 respeito da política de regulação e que os hospitais tem tomado pra si uma
290 missão que não é sua e tem que ter aparatos que façam esse recebimento das
291 urgências e emergências nesse nível, com acessibilidade, com Equidade e que
292 faça a regulação, pelo menos é a política de ordenamento do SUS e e parece
293 que quando a se faz essas colocações, se deixa de lado os hospitais que vão
294 fazendo e tudo bem, e as UPAS, OS, quem está olhando para essa missão?
295 porque essa era a missão fazer esse recebimento, essa avaliação, essa triagem
296 e encaminhar para os outros instrumentos do tipo um hospital especializado e
297 moléstia infecto contagiosa como Emílio Ribas, é de opinião que esse
298 pensamento meio solto e que o pronto socorro do HC é super importante, mas
299 não dá para chegar lá uma febre de 37º e usar a estrutura do HC, que é um
300 Hospital de Ensino de Alta Complexidade, mas também a pessoa com essa
301 febre tem que ter para onde ir, é isso que está acontecendo com os Hospitais,
302 estão assumindo isso porque os institutos que deveriam assumir não estão
303 fazendo adequadamente. Conselheira Angela Bacha, faz um resgate da reunião
304 passada ou retrasada em que o padre trouxe o problema, teve uma primeira
305 discussão no pleno, foi feita a sugestão de ser levado à comissão de políticas
306 para elaborar ou reelaborar a proposta de carta que o Conselho Estadual de
307 Saúde deve dirigir ao Governador. Então primeiro passo o padre remete a
308 comissão de políticas que se reúne, analisa o documento aprimora e doura um
309 pouco a pílula para não ser agressiva e está devolvendo ao pleno aprovar ou
310 não esta carta que o conselho encaminha o governador ela é assinada pelo

311 Presidente do Conselho Estadual de Saúde, que é o próprio secretário, perfeito?
312 então se nós aprovarmos aqui no pleno o próximo passo é o Secretário de
313 Saúde, assinar e encaminhar para o Governador e se o Secretário de Saúde
314 tinha alguma restrição, alguma questão ele ou seus representantes deveriam
315 ter vindo no CES antes de colocado em Pauta para aprovação, diante disso não
316 entendeu a proposta do Dr Eudes do Conselho fazer uma reunião com o
317 Secretário para que esclareça melhor essa questão do Emílio Ribas, parece um
318 pouco incoerente porque se já está sendo enviada uma carta para o
319 Governador, qual é a razão de fazer uma reunião com o Secretário, já deveria
320 ter esclarecido, entende que o que está em pauta é a aprovação da carta. O
321 Conselheiro Valdecir comunica que o Fórum dos Conselhos da Área da Saúde
322 do Estado de São Paulo, dos Conselhos de Profissão regulamentada, colocou
323 este assunto na última reunião plenária e foi aprovado pelo Fórum que vai
324 construir um documento e enviar ao Governo do Estado de São Paulo, no
325 sentido do apoio da manutenção do Emílio Ribas como sendo um equipamento
326 constituído da Secretaria Estadual de Saúde e Fórum dos Conselhos apoia
327 integralmente essa ação que está sendo desenvolvida no CES. O Conselheiro
328 Ledivan faz uma provocação sobre a solicitação de reunião com o Secretário e
329 argumenta que o Secretário quase nunca está na reunião e sempre tem um
330 representante e porque não também pedir uma pauta junto com o secretário
331 e o Governador? Qual é a dificuldade do Governador atender o Conselho
332 Estadual de Saúde? gostaria de saber porque até agora não foram atendidos
333 em nada e acredita que já foram feitas solicitações para essa reunião, portanto,
334 diz que gostaria que fossem mais respeitados e não só solicitados na hora de
335 aprovar as pautas, e comenta que a cada dia a situação do Emílio Ribas está
336 ficando mais difícil, é uma das situações dos hospitais que estão visitando, já
337 exposta pelo Conselheiro Rubens, pois está difícil em todo o Estado e diante
338 disso a importância de ter conversa diretamente com Secretário e o
339 Governador. Em regime de votação a aprovação da carta ao Governador
340 referente ao Instituto de infectologia Emílio Ribas. Encerrada a votação
341 aprovada por 18 votos a favor e 01 abstenção. Considerando o adiantado da

342 hora os demais itens de pauta foram provados em bloco. Aprovação da
343 realização de webinar sobre o tema de Metodologia Funcia para análise dos
344 Instrumentos de Gestão voltados aos Conselhos Municipais de Saúde, essa é
345 uma proposta da Comissão de Comunicação e Informação e Educação, voltado
346 aos Conselhos Municipais de Saúde e envolve os conselheiros Estaduais de
347 Saúde que podem participar para entenderem esta metodologia, indicada pelo
348 Conselho Nacional e utilizada pelo Conselho Estadual de Saúde para fazer a
349 análise dos instrumentos de Gestão, RDQA, etc. vamos aprovar primeiro o
350 webnar, para depois conversar e Inclusive tentar convidar o professor Funcia;
351 Aprovação da realização de 63 turmas, uma por cada CIR do curso de
352 Instrumentos de Planejamento e DigiSus; sendo 01 turma para o CES e 62
353 turmas para os CMS. A ideia é todos possam se apropriar desse sistema
354 DigSus, principalmente o presidente do Conselho e o Secretário Executivo dos
355 Conselhos Municipais, porque serão eles os responsáveis por alimentar o
356 sistema. Aprovação da realização de um Seminário sobre o tema Rede de
357 Atenção Psicossocial a RAPS e o processo de Desinstitucionalização dos
358 Hospitais de Custódia atualmente tem um comitê criado pelo Tribunal de
359 Justiça com a participação da Dalila que é a nossa representante da Comissão
360 de Saúde Mental sobre essa temática, como será a questão do fechamento de
361 hospitais de Custódia, onde ficarão os pacientes e o próprio Ministério Público
362 Federal tem cobrado sobre qual é o papel do Conselho em relação ao
363 acompanhamento e monitoramento da desinstitucionalização a partir dos
364 hospitais de Custódia, a Comissão de Saúde Mental propõe a realização de um
365 seminário inclusive com a participação do pessoal do Ministério Público e do
366 Tribunal de Justiça para esclarecer melhor essa situação. Considerando a
367 ausência da coordenadora da comissão de saúde mental e por falta de
368 esclarecimentos quanto ao formato do seminário e para que os conselheiros
369 possam votar com clareza e segurança, este item foi retirado de pauta e volta
370 para aprovação na próxima reunião. O próximo item de pauta é a homologação
371 Ad-Referendum da participação do Conselheiro Valdemir Vieira no evento
372 Projeto Diretrizes e Orientação para a Formação Profissional de Nível Técnico e

373 Enfermagem que foi promovido pela Associação Brasileira de Enfermagem,
374 ABEN, no dia 15 de julho de 2024 na modalidade remota. Em regime de
375 votação. Encerrada a votação: aprovado por 20 votos a favor, 0 voto contrário
376 e 0 abstenção. O próximo item de pauta é aprovação do Regulamento para a
377 Etapa Macrorregional da 4ª Conferência Estadual de Gestão do Trabalho e
378 Educação na Saúde, e para esclarecimentos no momento da realização da
379 Conferência os municípios tiveram até o mês de junho para realizar as suas
380 Etapas macrorregionais e a partir do mês de julho e agosto serão realizadas as
381 etapas Macrorregionais que serão na modalidade virtual e para tanto a
382 comissão organizadora elaborou um Regimento que têm espaços em abertos e
383 vai servir para as cinco macrorregionais. A Conselheira Tereza como
384 coordenadora da comissão organizadora, esclarece que a Conferência deverá
385 acontecer na segunda quinzena de agosto e ressalta que tiveram um índice de
386 adesão maior do esperado, pois para os municípios é um momento difícil tendo
387 em vista o ano político nos municípios e enfatiza sobre a importância da
388 conferência e sobre o cuidado com a elaboração do Regimento e solicita a
389 aprovação do mesmo. A Conselheira Maria Zelia faz um agradecimento a
390 comissão organizadora, ao Secretário Executivo e ao CES, pois tiveram uns
391 problemas em Guarulhos no sentido de suspender a Conferência todos que
392 estiveram envolvidos em apoiar e dar suporte a região de Guarulhos e todos
393 foram legítimos, no ponto de vista do controle social, sendo a primeira vez que
394 a cidade de Guarulhos faz a Conferência de Educação e Gestão do Trabalho
395 muita gratidão a todos pela compreensão e apoio. O Conselheiro Dimitri faz a
396 consideração em relação a construção de Diretriz, metas e ações e que está
397 sentindo a falta das propostas nesse regimento. O Secretário Executivo
398 esclarece que no regimento da Conferência Estadual estabelece que os
399 municípios enviam diretrizes, na macrorregional será eleita uma diretriz e na
400 Conferência Estadual de Saúde que será presencial, será eleita uma diretriz e
401 construir três propostas e ressalta sobre a importância dos conselheiros lerem
402 os documentos que são encaminhados, pois o regimento foi aprovado no Pleno,
403 onde as informações estão muito claras e que só não foram colocadas

404 propostas para a etapa macrorregional e municipal porque a comissão é
405 muito pequena tem baixa participação dos conselheiros, portanto, além da
406 Conselheira Tereza, a Conselheira Juraciara e a Conselheira Dalila mais a
407 Secretaria Executiva é que estão fazendo o caderno de diretriz macrorregional,
408 que são mais de 280 propostas recebidas. A Conselheira Juraciara se sente
409 contemplada na fala do Secretário Executivo e pede que todos leiam
410 também o Regimento Nacional, pois sendo uma conferência temática vem um
411 regramento para os Estados e que chegaram à conclusão que as propostas têm
412 que ser discutidas na Estadual. Colocada em regime de votação: aprovado por
413 20 votos a favor 0 voto contrário e 0 abstenção. O próximo item de pauta é a
414 indicação de conselheiros para representar o Conselho Estadual de Saúde no
415 Comitê de Governança e para melhor entender o Secretário Executivo faz um
416 resgate de reuniões anteriores com a participação das Áreas Técnicas da SES,
417 onde os conselheiros fizeram uma solicitação de fazer parte do Comitê de
418 Governança que está sendo instituído nas 18 RRAS do Estado de São Paulo e
419 essa solicitação foi acatada e a proposta é fazer um levantamento de quem
420 tem interesse independente do segmento e foi esclarecido que este Comitê é
421 fruto da Regionalização, que é uma atividade nova da própria Secretaria da
422 Saúde e o papel deste comitê prioritariamente é discutir as necessidades de
423 saúde das RRAS, acompanhar o processo de Regionalização. O Conselheiro
424 Silvio Balan se manifesta e esclarece que faz parte desse Comitê em sua região
425 e informa que é uma reunião por mês, presencial porque surge muitas questões
426 que devem ser discutidas na hora e se tem levantado todas as demandas
427 principalmente as demandas reprimidas dentro das Secretarias Municipais de
428 Saúde para ver o que a região pode organizar e melhorar o fluxo de
429 atendimento desses pacientes que estão aguardando por algum procedimento
430 e cada região tem a sua característica, e no caso de sua região, estão fazendo
431 o levantamento da parte oncológica porque é uma demanda reprimida há muito
432 tempo e que é emergencial que tem que ser tratada com maior fluxo de
433 atendimento a esses pacientes, nas reuniões dos comitês cada representante
434 de sua Secretaria leva sua demanda para ser discutida e aumentar o fluxo de

435 atendimento. Conselheiro Jonathan propõe o Conselheiro Ricardo para a RRAS
436 13 que é Barretos, Franca e Ribeirão já fecha essa questão. Conselheiro Jorge
437 Florindo, pede esclarecimento sobre a composição das RRAS de sua região e o
438 Secretário Executivo esclarece que Baixada Santista e Registro compõe a
439 mesma RRAS e esclarece sobre os ressarcimentos das despesas para
440 participação nessas reuniões. O Secretário Executivo informa que irá abrir a
441 planilha e alocar os nomes, na seguinte conformidade:

RRAS	REGIÃO	CONSELHEIRO
1	Grande ABC	Oswaldo
2	Alto Tiête	Maria Zelia
3	Franco da Rocha	Rubens
4	Mananciais	Ledivan
5	Rota dos Bandeirantes	Belfari
6	São Paulo – Município	Nadir
7	Baixada Santista e Registro	Valdecir
8	Sorocaba	Marcella
9	Bauru	Danilo
10	Marília	Tereza
11	Presidente Prudente	Tereza
12	Araçatuba/S.J. Rio Preto	Walter
13	Barretos/Franca/Ribeirão Preto	Ricardo Oliveira
14	Piracicaba	Luciana
15	Campinas/S.Jão da Boa Vista	Juraciara
16	Campinas/Bragança e Jundiaí	Carmen Lavras
17	Taubaté	Valdemir
18	Araraquara	Leandro

442 E colocando em regime de votação a indicação de conselheiros para
443 representar o Conselho Estadual de Saúde no Comitê de Governança. Aprovada
444 por 21 votos a favor 0 abstenção e 0 voto contrário. O último item de pauta é

445 a baixa participação dos conselheiros nas reuniões de comissões, ampliadas e
446 pleno, a relatoria serão os conselheiros Dimitri, Juraciara, Ledivan, Claudia
447 Carnevale e Cirlene Machado. Iniciando por Conselheira Juraciara que dia que
448 se sentiu muito incomodada nas ampliadas, principalmente onde técnicos da
449 SES ficaram disponíveis para quatro conselheiros, entende que todos tem
450 compromisso mas o calendário foi recebido quando da posse e por isso entende
451 que os conselheiros tinham que ajustar as agendas para essas datas e estarem
452 disponíveis, que o comprometimento de estar nessas reuniões ampliadas é
453 'que vão subsidiar as decisões, exemplifica com a atitude do Conselheiro
454 Dimitri que fez 24 e esteve lá para ouvir, enfatiza que se o conselheiro não
455 consegue cumprir a agenda que peça para seu movimento indicar outra pessoa
456 e que é inadmissível um técnico ficar esperando das 9hs até as 13hs, para falar
457 para quatro conselheiros e pede um pouco mais de comprometimento por parte
458 dos conselheiros. Conselheiro Ledivan que diz que é muito triste estar
459 debatendo isso e quando poderiam estar debatendo outros assuntos mais
460 coerente com a saúde e que é de conhecimento de todos que a reunião do
461 Pleno é a última segunda-feira do mês e que é óbvio que os suplentes não
462 precisam participar, mas quando participam querem fazer interferência com
463 conversas paralelas e se não tem condições de estar como Conselheiro entrega
464 a cadeira e que todos tem seus compromissos, seus afazeres e suas
465 responsabilidades e o Conselho Estadual é uma tremenda responsabilidade e
466 chama a atenção no sentido do espeito com os conselheiros que estão
467 presentes, a mesa diretora que está fazendo um tremendo trabalho para que
468 as informações chegue até os conselheiros e a exemplo da reunião da comissão
469 de DST que não aconteceu por falta de membros e finaliza cobrando dos
470 conselheiros mais responsabilidade e compromisso. O conselheiro Dimitri
471 coloca que 11 ou 10 áreas técnicas já compareceram para dar retorno às
472 propostas apresentadas e a frequência foi em torno de quatro a seis
473 conselheiros para ouvi-las e esclarece que 40 propostas apresentadas e o
474 processo de apresentação das áreas técnicas ele foi riquíssimo, então quem
475 não foi perdeu muito porque o que vivenciaram foi algo que vai favorecer nos

476 próximos 18 meses de conselho, explicar realmente o que se pretendia obter
477 de dados e informações e finaliza dizendo que sobre a baixa frequência cabe
478 reflexão. Conselheira Angela Bacha que coloca que quando recebeu o
479 calendário e passou para sua chefia sendo dispensada de suas atividades nas
480 datas e horários e que tem participado de todas as reuniões das comissões e
481 do Pleno e que as reuniões ampliadas foram efetivamente realizada nos dias 2
482 de Abril, 10 de Maio ,14 de junho, 2 de Julho e 12 de julho e que não estavam
483 no cronograma original foram alteradas É lógico que se teve alteração da data
484 e teve justificativa, mas por outro lado alguns conselheiros que é seu caso e
485 não está no cronograma eu não consegue se desvencilhar das suas atividades
486 e isso tem que ser levado em consideração, pois se está no cronograma de um
487 jeito e elas acontecem na realidade em outra data, alguns conselheiros não
488 conseguem participar. Conselheiro Jorge enfatiza que na reunião do dia 14 de
489 junho que o tema era o RAG/2023, tinha apenas 01 conselheiro. Conselheiro
490 Walter justifica que sobre a sua não participação é porque não recebe nenhum
491 link que fica às ordens a qualquer momento pode chamá-lo, não tem nada que
492 o impeça de participar. Conselheiro Ricardo Oliveira justifica que tem sido
493 muito presente como membro de duas comissões e das reuniões de Pleno e
494 que poderia participar de mais atividades não fosse seu trabalho de 40hs
495 semanais, pois é servidor da Secretaria Estadual de Saúde e tem pleiteado
496 desde o ano passado a liberação do ponto para essas atividades. Conselheira
497 Dora justifica suas ausências por questões de doenças com familiares e que faz
498 parte de duas comissões e gosta de participar, solicita aos coordenadores de
499 suas comissões para lembrá-la, pois está envolvida também com a mobilização
500 e realização da Primeira Conferência da Gestão do Trabalho Educação de
501 Saúde. Registra sua gratidão. Conselheiro Valdecir quer saber qual é o controle
502 das faltas nas comissões e o Secretário Executivo explica que as justificativas
503 para as comissões são através de lista frequência e em relação a frequência
504 nas ampliadas sugere que fazer da seguinte forma: algumas pessoas das
505 comissões participariam daquelas reuniões ampliadas e iria fazendo um rodízio
506 de participação garantindo que todas as comissões estivessem presentes nas

507 ampliadas e esses representantes das comissões teriam obrigação de levar o
508 que foi discutido para cada comissão e não ficaria vedada a participação de
509 ninguém, mas pelo menos aquelas pessoas que tem dificuldades de participar
510 seriam contempladas com o conteúdo. O Secretário Executivo justifica e
511 contextualiza o porquê de as reuniões ampliadas serem adiadas de acordo com
512 o calendário, pois o trabalho para a reunião ampliada tem que ser desenvolvido
513 pelo Conselheiro e que não foi discutido em nenhuma comissão o 1º
514 RDQA/2024, o que impede que dentro daquela data programada se faça a
515 reunião porque não tem questionamento, chegam depois e as áreas técnicas
516 também precisam ser avisadas com antecedência. Isso acabou acumulando o
517 2º RDQA, a PAS e o RAG, coloca ainda que os questionamentos do Conselheiro
518 Dimitri não passaram em nenhuma comissão e tem que ser uma produção
519 coletiva e não individual. Todas as comissões tem que avaliar as ações
520 assistenciais, porque o financeiro a Cofin já tem em suas atribuições.
521 Conselheiro Belfari ressalta que esse é importante momento de reflexão e
522 coloca que as análises dos Instrumentos de Planejamento são muito
523 importantes porque o produto dessas análises é o Parecer que será construído
524 por uma equipe de relatoria e votado por esse coletivo. O Conselheiro Dimitri
525 justifica que socializou com algumas pessoas, mas para o ano que vem será
526 discutido em comissões. Com a palavra o Dr. Eudes para encerramento da
527 reunião, que inicialmente agradece a cada um dos conselheiros tanto
528 virtualmente como presencialmente, que foi uma reunião muito rica e dá por
529 encerrada a reunião.